

GÊNERO E REFORMA AGRÁRIA: A LUTA DAS MULHERES POR IGUALDADE NO MST

Leandro Carlos Dias Conde¹

Jéssika Martins Ribeiro²

A sociedade brasileira é marcada pelo estigma da concentração fundiária e este é um fenômeno que remonta desde o Brasil colônia com projeto das sesmarias portuguesas. Neste período temos um sistema baseado na diferenciação entre raças, religiões, em que a mulher aparece somente como papel reprodutor na estrutura familiar colônia. Um sistema calcado na grande propriedade fundiária, da monocultura para exportação (cana de açúcar e posteriormente o café) e o forte trabalho escravo no Brasil.

[...] a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, pp. 36-37)

A opção pela monocultura de exportação e pela urbanização como meta e símbolo do Brasil desenvolvido acarretou no que vemos no hoje, um país segundo o IBGE, em que 72 milhões de brasileiros passando por alguma forma de insegurança alimentar e 15 milhões dessas pessoas residem no campo brasileiro, o tão aclamado pelos políticos locais como *celeiro do mundo*. A falta de segurança alimentar no campo brasileiro torna-se algo alarmante e vergonhoso num país que se orgulha de sua agricultura. Os movimentos sociais não ficariam calados frente o que acontecia no campo brasileiro, datam da década de 50 o afloramento das militâncias no campo brasileiro. São movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil, contra a gigantesca concentração fundiária no país. A luta dos movimentos sociais rurais no Brasil se dá historicamente pelas ocupações de terras quando ocorre a criação dos assentamentos rurais marcando uma nova fase na luta. Uma fase de resistência e grande organização dos assentados, caracterizada pela resistência na terra e reclamo por uma nova forma agricultura no país, uma que seja humanizada, coletiva e social de fato.

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFRRJ, bolsista de iniciação ao extensionismo pelo CNPq. E-mail: leandrocdconde@gmail.com.

²Graduanda em Ciências Sociais pela UFRRJ, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes. E-mail: jessika.martinsribeiro@gmail.com

deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir se á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21)

As ocupações principalmente em áreas de grandes latifúndios improdutivos com alegação para o descumprimento do caráter de função social da terra, definida no Artigo 186 da Constituição Federal de 1988. Além de terras com histórico de desrespeito as leis trabalhistas, ambientais e também áreas de monocultura exportadora, um claro ataque as formas de exploração e exclusão histórica do grande capital.

[...] uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso. (Martins, 1997, p. 48)

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, entre eles o principal, o Movimento dos Sem Terra – MST -, conseguiu expandir-se por grande parte do território nacional, aglutinar agricultores, aumentar o número de integrantes e de ocupações em todo o Brasil. Tornou-se um movimento com um grande poder de pressão e que se fez ecoar por toda a sociedade civil dando também visibilidade a questões internas do movimento como a reprodução das divisões de gênero. Compreendo como uma incoerência do movimento a princípio, pois o que se construía ali era um movimento que buscava romper com a desigualdade histórica do Brasil que não está somente na questão da divisão da terra, mas fundamentada também na questão de gênero, no papel da mulher na construção nacional. Os grandes acampamentos foram armados em diversas áreas improdutivas Brasil a fora e estamparam as capas dos principais jornais do país, assim como ganharam as câmeras dos telejornais e a visibilidade do movimento. Porém, nas reproduções da mídia o que vê são sempre homens falando pelo movimento, não sê vê as mulheres ocupando esse espaço de poder.

O debate sobre gênero nos movimentos sociais rurais era algo que se fazia candente e se tratando do seu maior expoente, o MST era algo muito visível. Porém, explicável, pois advém de conservadorismo dos seus dirigentes, homens e que por sua vez reproduziam toda a lógica de exclusão machista das mulheres dos espaços de decisão e poder. No entanto, injustificável, visto que o que se construía dentro do MST era um exemplo de uma sociedade baseada na igualdade social e econômica, na qual a igualdade de gênero faz-se presente.

Inserir as mulheres nas estruturas de poder do MST era um grande passo a se dar e neste sentido promover uma grande transformação nas relações de gênero dentro do movimento, algo que não ficaria somente recluso ao movimento dos sem terra, mas que teria sua influência nos demais movimentos sociais rurais nacionais. Tomamos como marco dessa transformação a criação dos coletivos de gênero em diferentes estados, cumprindo a função de fomentar essa discussão em todos os espaços e reivindicar a participação das mulheres nos atos, nas ocupações, nas decisões etc.

Neste sentido, o presente trabalho trata de apresentar um panorama histórico da questão da terra no Brasil ao surgimento dos movimentos sociais rurais e sua luta pela terra, assim como as características socioeconômicas do meio rural brasileiro. Analisando especificamente a luta das mulheres por igualdade no Movimento dos Sem Terra principal expoente dos movimentos sociais rurais no país.

Metodologia

A opção teórico-metodológica pauta-se numa abordagem qualitativa, isto é, numa discussão teórica acerca dos movimentos sociais rurais e a luta pela terra no Brasil. Tomo como problemática a questão de gênero dentro do MST, isto é, a luta pelas mulheres dentro do movimento em busca de igualdade.

Resumo dos Principais Resultados

As estruturas familiares que reproduzem a dependência das mulheres, isto é, as relações de poder no núcleo familiar que relegam a mulher o dever de cuidar dos filhos e da casa, as impedem de participar da luta muitas das vezes. A organização familiar que se encontra na sociedade em geral se reproduz também nos acampamentos e assentamentos, pois o MST e reproduz essa lógica de opressão também. O machismo é um grande problema na participação das mulheres que veem sua participação pormenorizada e relegada a casa – historicamente o papel da mulher no campo - e pela desigualdade de gênero em que estão calcadas as relações.

No ano de 1986 vemos grande avanço nesse sentido com a conquista do direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos e sem estar na condição de dependentes de pais ou irmão. A forte presença das mulheres criou o “Coletivo Nacional das Mulheres do MST” demonstrando sua forte presença em diversos encontros nacionais e estaduais do movimento. Debatendo a questão de gênero, o papel da mulher na luta pela terra em todas as esferas. Porém, o machismo é ainda um grande entrave e responsável pelo ainda reduzido espaço de poder ocupado pelas mulheres e pela violência sofrida.

Palavras Chave: Gênero, Reforma Agrária e MST

Revisão Bibliográfica

SORJ, Bernardo. Estado e classes na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.